



CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS - CFN

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2018, 2019 E 2020 DO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 2ª REGIÃO – CRN 02.

Aos Ilmos.(as) Srs.(as)
Presidente(a) e Diretores(as) Executivos(as) do
CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS – CFN

Endereço: Avenida Taquara, 586 - Sala 503 - Bairro Petrópolis - CEP 90460-210 - Porto Alegre - RS

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa do
Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª
Região – CRN 02.

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo **CRN 02** acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis em 2018, 2019 e 2020, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2020, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para Diretoria a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as informações contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e colaboradores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
1.2 METODOLOGIA	4
1.3 TÉCNICAS DE ABORGADEM	4
1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO	4
1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS.....	5
1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS.....	6
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA	7
2.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS	8
2.2 MATRIZ DE RISCO.....	9
3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS.....	10
4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS	16
5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS	17
6. DIÁRIAS E JETONS.....	18
7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	20
8. LICITAÇÕES	20
9. OUTROS ASSUNTOS.....	22
10. CONCLUSÃO	22

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a Diretoria do **Conselho Federal de Nutricionistas – CFN**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos do **Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª Região – CRN 02** notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nos Exercícios Sociais de 2018, 2019 e 2020, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria a serem aplicados. Por amostragem estratificada cientificamente, efetuamos testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e na revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos, sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgado necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nosso trabalho foi exclusivamente desenvolvido com base nas informações e documentos fornecidos pelo Conselho. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Autarquia contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Contábeis, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

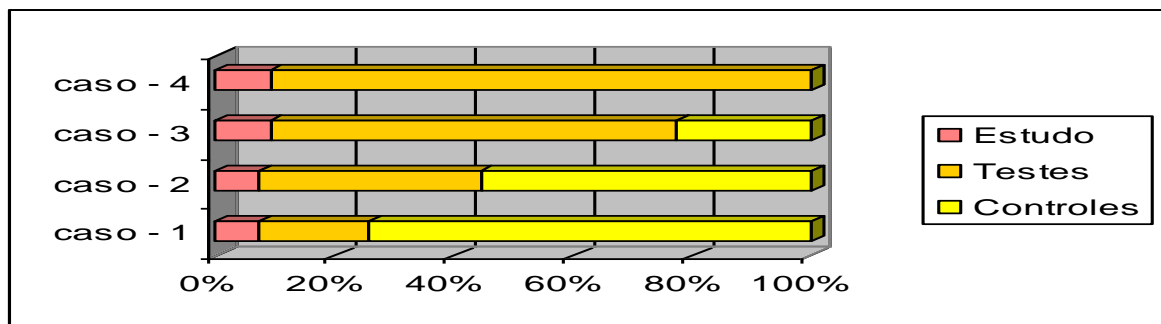
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

Gráfico de Estudo e Avaliação dos Controles Internos:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

✓ **Testes de Observância:**

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

✓ **Testes de Substância:**

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

Auditoria das demonstrações contábeis/orçamentária:

- Circularização de saldo e/ou operações com terceiros (advogados, registrados, fornecedores, banco, etc);
- Revisão analítica das demonstrações contábeis;
- Discussões sobre contingências e análise de eventos ou transações relevantes e seus efeitos nas demonstrações contábeis;
- Revisão dos cálculos e valores das cotas transferidas ao Conselho Federal e Regionais;
- Revisão analítica mensal dos valores contábeis relativos às contas patrimoniais, de superávit e déficit.
- Teste de adições e baixas do ativo permanente;
- Verificação dos registros contábeis de acordo com o regime de Exercício, conforme artigo 35 da Lei n.º 4.320/64;
- Entrevistas com dirigentes e funcionários das áreas administrativas e operacionais do Sistema CFN/CRN;
- Verificação da liquidação subsequente (pagamentos e recebimentos);
- Análise da adequação dos procedimentos contábeis em conformidade com a Lei n.º 4.320/64 e instruções emanadas pelo Tribunal de Contas da União em seus diversos acórdãos (Instrução Normativa – Tribunal de Contas da União n.º 63 de 01/09/2010);
- Análise dos saldos na data base, para determinar sua razoabilidade quanto à origem e composição e se estas têm relação com as atividades que constituem os objetivos do Sistema CFN/CRN.
- Teste documental das contas de despesas que não se correlacionam com as contas patrimoniais – teste de voucher, por exemplo – análise da documentação suporte,
- Exame de relatórios existentes;
- Acompanhamento de ações relativas ao encerramento do exercício, bem como os procedimentos legais inseridos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;
- Verificação da documentação suporte;

- Verificação se os procedimentos dos registros contábeis atendem aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e legislação aplicável;
- Verificação se os procedimentos contábeis de encerramento do exercício apresentam fidelidade e consonância com os registros das demonstrações contábeis mensais;
- Exame de conciliação das contas; Exame do balanço patrimonial e de suas demonstrações complementares, a fim de observar às normas legais e às principais técnicas na sua elaboração;
- Revisão das conciliações das contas;
- Verificação dos controles existentes;
- Revisão dos saldos finais;
- Análise dos saldos visando determinar sua razoabilidade quanto à origem e composição.
- Outros procedimentos complementares que são necessários para análise e verificações das informações Contábeis/Orçamentárias.

Planejamento de Ações e Metas (Auditoria de Gestão)

- Verificação da execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira é correspondente ao planejamento anual;
- Verificação das alterações do planejamento se estão de acordo com a Proposta Orçamentária;
- Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos;
- Avaliação quantitativa e qualitativas da gestão.
- Outros Procedimentos complementares que são necessários para análise e verificações das informações da auditoria de gestão.

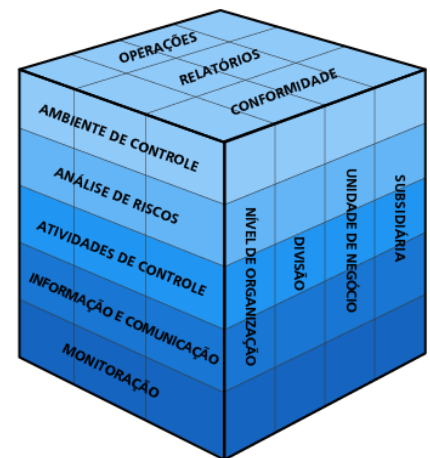
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.1 MELHORIA NA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

Segundo o COSO, controle interno é um processo constituído de 5 elementos, que estão inter-relacionados entre si e presentes em todos os níveis da organização com foco em três objetivos: operacionais, assegurar relatórios financeiros confiáveis e assegurar conformidade legal/regulatória. Os 5 elementos são:

- Ambiente de Controle
- Avaliação e Gerenciamento dos Riscos
- Atividade de Controle
- Informação e Comunicação
- Monitoramento



O CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 2ª REGIÃO (CRN-2) é uma autarquia federal sem fins lucrativos, de interesse público, com poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício e as atividades profissionais de Nutricionistas e Técnicos em Nutrição e Dietética nos estados da Bahia e Sergipe, em defesa da sociedade.

O CRN-2 faz parte do Sistema CFN/CRNs, que tem como órgão central o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). No Brasil, há dez Conselhos Regionais de Nutricionistas. O Sistema se mantém com a arrecadação proveniente de anuidades, taxas, multas e emolumentos (taxa cobrada pela expedição de documentos), recolhidos por pessoas físicas (nutricionistas e técnicos) e jurídicas (empresas e instituições).

A participação dos Conselheiros é voluntária e as ações desenvolvidas obedecem a planejamento prévio, estabelecido ao final do ano no Plano de Ações e Metas do Regional. As ações previstas são sujeitas à Previsão Orçamentária Anual, com base na arrecadação das anuidades, taxas e emolumentos recolhidos. As atividades financeiras praticadas pelo CRN são submetidas à auditoria do Tribunal de Contas da União.

A estrutura organizacional do CRN-2 conta com o Plenário, como instância decisória; a Diretoria enquanto instância executiva, composta por quatro conselheiros; com as Comissões Permanentes de Fiscalização, Ética, Formação Profissional, Comunicação, Tomada de Contas e Licitação; com as Coordenações de Fiscalização, Técnica e Administrativa e seus respectivos setores operacionais.

A partir desse preâmbulo acerca de sua implementação e das especificidades locais a que está submetido, é possível ter noção da complexidade em se implementar uma estrutura de controle interno que atenda em sua plenitude os elementos que constituem o processo.

Não obstante os desafios que se apresentam, a partir da análise das informações repassadas, bem como do entendimento acerca dos procedimentos adotados pelo Conselho, com base tanto na análise documental, quanto em reuniões com a equipe de gestão dos departamentos, pudemos avaliar o nível de controle interno aplicado.

Nessa senda, o grande desafio que se apresenta ao Regional é buscar desenvolver desde já uma cultura organizacional de excelência, focada em entregar às partes interessadas um produto ou serviço de alto valor agregado, prezando sempre pelos princípios que regem a administração pública.

Assim, é imperioso que a governança da autarquia implemente e desenvolva ações efetivas para, a partir de mapeamento dos processos inerentes à atividade do Conselho, se busque identificar os riscos a que se está submetido, a fim de que sejam implementadas ações de controle que visem a mitigar a probabilidade desses riscos se materializarem e garantam o alcance dos objetivos estratégicos por parte do Regional.

2.2 MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos contábeis levantados em 31/12/2019, comparados com 31/12/2018, estabelecemos nosso parâmetro para a definição da nossa matriz de risco, utilizada para análise do período compreendido entre janeiro de 2018 e outubro/2020, período sob exame, bem como da análise dos relatórios existentes, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e conseqüentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO	
Orçamentário	
Fiscal	
Estratégico	
Reputação	
Integridade	
Operacional	
Gestão	
Regulação	
Processos	
Licitações	
Recursos Humanos	
Contábil	
Serviços	
Fornecedores	
Despesas	
Receitas	

IMPACTO	Grande	5
	Relevante	4
	Moderado	3
	Pequeno	2
	Insignificante	1

Matriz de Riscos					
	5	10	15	20	25
5	4	8	12	16	20
4	3	6	9	12	15
3	2	4	6	8	10
2	1	2	3	4	5
	1	2	3	4	5
	Rara	Improvável	Possível	Provável	Quase certo
	< 10%	>=10% <= 30%	30%=30% <= 50%	50%=50% <= 90	>90%
	PROBABILIDADE				

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETO AS MESMAS

3.1 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **40,91%** do saldo total do ativo considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				Variação 2019 x 2018		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
Especificação							< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	1.370.975,27	40,91	1.178.087,09	39,46	192.888,18	16,37	Alto	Relativo
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	823.553,48	24,58	840.857,81	28,17	-17.304,33	-2,06	Alto	Baixo
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	473.826,27	14,14	273.533,85	9,16	200.292,42	73,22	Relativo	Alto
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	39.770,48	1,19	28.039,61	0,94	11.730,87	41,84	Baixo	Alto
ESTOQUES	33.825,04	1,01	35.655,82	1,19	-1.830,78	-5,13	Baixo	Baixo

3.1.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, cujos saldos respondem por aproximadamente **24%** do total do Balanço Patrimonial como um todo.

ATIVO	SALDOS				Variação 2019 x 2018		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
Especificação							< A/V >	< A/H >
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	823.553,48	24,58	840.857,81	28,17	-17.304,33	-2,06	Alto	Baixo
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL DISPONIVEL	823.484,84	24,57	839.256,81	28,11	-15.771,97	-1,88	Alto	Baixo
BANCOSC/MOVIMENTO	109.218,93	3,26	156.679,24	5,25	-47.460,31	-30,29	Baixo	Alto
Caixa Econômica Federal	109.218,93	3,26	156.679,24	5,25	-47.460,31	-30,29	Baixo	Alto
BANCOSC/ARRECADACAO	714.265,91	21,32	682.577,57	22,86	31.688,34	4,64	Alto	Baixo
Caixa Econômica Federal Conta Poupança de Porto Alegre	50.952,07	1,52	225.421,73	7,55	-174.469,66	-77,40	Baixo	Alto
Caixa Econômica Federal Certificado de Deposito Bancario DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	663.313,84	19,79	457.155,84	15,31	206.158,00	45,10	Relativo	Alto
BANCOSC/VINCULADA A APLICACOES FINANCEIRAS	68,64	0,00	1.601,00	0,05	-1.532,36	-95,71	Baixo	Alto
Caixa Econômica Federal Conta Poupança de Santa Maria	68,64	0,00	1.601,00	0,05	-1.532,36	-95,71	Baixo	Alto

✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações são mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os de recebimentos, avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Realizamos testes de auditoria considerando uma cota amostral de 5% de todos os lançamentos de cada exercício auditado, a premissa para avaliação da cota amostral se baseou na relevância financeira dos saldos. O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos, dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil.

Além do estudo e avaliação efetuados na movimentação dos bancos, solicitamos confirmação dos saldos através de Carta Circularização às instituições financeiras custodiantes de ativos da autarquia.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

✓ **Opinião**

Os controles existentes nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

3.1.2 CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas à “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”.

ATIVO	SALDOS				Variação 2019 x 2018		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
Especificação							< A/V >	< A/H >
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	473.826,27	14,14	273.533,85	9,16	200.292,42	73,22	Relativo	Alto
CLIENTES	242.262,00	7,23	-	0,00	242.262,00	100,00	Baixo	Alto
Pessoa Física	242.262,00	7,23	-	0,00	242.262,00	100,00	Baixo	Alto
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	231.564,27	6,91	273.533,85	9,16	-41.969,58	-15,34	Baixo	Relativo
Pessoa Física	168.191,73	5,02	206.981,14	6,93	-38.789,41	-18,74	Baixo	Relativo
Pessoa Jurídica	63.372,54	1,89	66.552,71	2,23	-3.180,17	-4,78	Baixo	Baixo

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Realizamos testes de auditoria considerando uma cota amostral de 5% de todos os lançamentos de cada exercício auditado, a premissa para avaliação da cota amostral se baseou na relevância financeira dos saldos. Analisamos a progressão dos saldos até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, para analisar a evolução das aludidas contas,

como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza as principais operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

O saldo constante no encerramento do exercício é composto basicamente por valores relativos aos valores a receber de devedores da entidade do exercício corrente.

Destacamos a necessidade de haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador. O fato gerador, para o caso das anuidades (principal fonte de recursos do Conselho) ocorre pela emissão dos boletos (Lançamento da receita orçamentária), e deve permanecer até que o saldo seja efetivamente quitado, ou transferido para dívida ativa.

Em contrapartida à VPA, é reconhecido um Ativo para a entidade, que consiste no direito de receber os valores de anuidades dos profissionais registrados. Esse ativo é “baixado” à medida em que é realizado o recolhimento pelos profissionais.

Regimes da Contabilidade Aplicada ao Setor Público					
Regime Orçamentário			Regime Contábil (Patrimonial)		
Receita Orçamentária	Arrecadação	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Variação Patrimonial Aumentativa	Competência	Resolução CFC nº 750/1993

✓ **Opinião**

É importante observar que as transações registradas nas contas de Créditos a Receber são os principais pontos de convergências entre as informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais e que estão diretamente relacionadas à atividade fim do Conselho.

A partir da análise dos demonstrativos contábeis, nota-se um desprendimento entre a informação orçamentária e patrimonial. A inexistência de saldos históricos finais em contas de Anuidades a Receber revela uma informação que nos parece estar desvinculada da realidade: a inexistência de profissionais inadimplentes.

Ressalta-se ainda a importância em se desenvolver metodologia para corrigir os valores registrados nas contas a receber por meio da constituição de Perdas Estimadas para o recebimento desses valores. O desenvolvimento de uma metodologia robusta está relacionado diretamente à confiabilidade das informações.

Como melhores práticas, sugerimos que sejam formalizados normas e manuais de procedimentos de cobrança de inadimplentes, detalhando os procedimentos administrativos para inscrição em dívida ativa, protesto de títulos, inscrição no Cadin e, se for o caso, nos bancos de dados e cadastros de consumidores (serviços de proteção ao crédito) mantidos por entidades privadas, o Regional já adota alguns dos procedimentos acima descritos, porém, verificamos em diversas auditorias anteriores que os métodos mais eficazes de cobrança são protesto de títulos e inscrição em banco de dados (ex.: SERASA). Inobstante as oportunidades de melhorias apresentadas, os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Curto Prazo nos pareceram suficientes para salvaguardar

tais ativos, mas, existe a necessidade de adequações referentes a apropriação dos créditos tributários conforme princípio da competência e a implementação de uma metodologia para reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3 ALMOXARIFADO/ESTOQUES

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

ATIVO	SALDOS				Variação 2019 x 2018		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO		
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		< A/V >	< A/H >	
ESTOQUES	33.825,04	1,01	35.655,82	1,19	-1.830,78	-5,13	Baixo	●	Baixo	●
ALMOXARIFADO	33.825,04	1,01	35.655,82	1,19	-1.830,78	-5,13	Baixo	●	Baixo	●
MATERIAL DE EXPEDIENTE	33.825,04	1,01	35.655,82	1,19	-1.830,78	-5,13	Baixo	●	Baixo	●
Almoxarifado	33.825,04	1,01	35.655,82	1,19	-1.830,78	-5,13	Baixo	●	Baixo	●

✓ **Constatações**

O saldo constante no encerramento do exercício é composto por valores acumulados a diversos exercícios, sem a devida baixa após o consumo do material. O tratamento dado a conta patrimonial está em desacordo com a norma contábil.

✓ **Opinião**

É importante observar que, na aquisição de material de consumo que será estocado em almoxarifado para uso em momento posterior, a qual será reconhecida a despesa orçamentária, deve-se contabilizar da seguinte maneira:

a. No momento do empenho:

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

C 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

b. No momento do recebimento e incorporação ao estoque:

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.5.6.x.xx.xx Estoque - Almoxarifado

C 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (F)

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

C 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em liquidação

c. No momento da liquidação e incorporação ao estoque:

Natureza da informação: orçamentária
 D 6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação
 C 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

d. No momento do pagamento:

Natureza da informação: patrimonial
 D 2.1.3.x.x.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (F)
 C 1.1.1.1.1.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
 Natureza da informação: orçamentária
 D 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
 C 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Pago

e. No momento da saída do estoque (VPD):

Natureza da informação: patrimonial
 D 3.3.1.1.1.xx Consumo de Material – Consolidação
 C 1.1.5.6.x.xx Estoques – Almoxarifado (P)

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n.º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **59,09%** da exposição ativa.

Neste grupo estão registrados os bens destinados à operacionalização e consecução dos objetivos da entidade. São ativos com potencial de prestação de serviços.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO	SALDOS				Variação 2019 x 2018		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO		
	Especificação	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$		< A/V >	< A/H >	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.980.019,15	59,09	1.807.322,16	60,54	172.696,99	9,56	Alto	●	Baixo	●
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PR.	758.699,98	22,64	758.699,40	25,41	0,58	0,00	Alto	●	Baixo	●
IMOBILIZADO	1.077.498,37	32,15	1.012.445,14	33,91	65.053,23	6,43	Alto	●	Baixo	●
INTANGÍVEL	143.820,80	4,29	36.177,62	1,21	107.643,18	297,54	Baixo	●	Alto	●

3.2.1 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ativo imobilizado representa aproximadamente 36% do saldo do ativo não circulante.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Realizamos testes de auditoria considerando uma cota amostral de 5% de todos os lançamentos de cada exercício auditado, a premissa para avaliação da cota amostral se baseou na relevância financeira dos saldos. Selecionamos pela razão contábil alguns bens, atentando para apropriação das aquisições, a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade em relação aos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ **Constatações**

Apesar de realizar o inventário de bens do ativo imobilizado, a Autarquia não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações. Anteriormente a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, já que não havia outro parâmetro vigente, no entanto, desde que se iniciou o processo de conversão da contabilidade aos padrões internacionais as depreciações deve seguir como base o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das novas bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

A quota de depreciação a ser registrada na escrituração contábil, como custo ou despesa operacional, será sempre determinada mediante a aplicação da taxa de depreciação sobre o valor do bem em reais; e aí está a grande questão. Se é necessário depreciar os bens tendo como base a vida útil econômica do item, não é possível simplesmente aplicar 25% de depreciação anual para os veículos utilizados pela empresa; é necessário apontar quanto tempo este bem estará disponível para uso na empresa e aí sim ajustar o percentual para que esteja 100% depreciado após este período definido.

✓ **Opinião**

Recomendamos que o Regional realize uma verificação, por meio do inventário (imobilizado e intangível) da entidade, de modo a separar os bens que não estejam sendo utilizados, em virtude de serem inservíveis (obsoleto, quebrado, inutilizado, etc.), que deverão ser baixados como perda diretamente em conta de resultado (VPD).

Recomendamos ainda que o Regional efetue o estudo para verificação da necessidade da aplicação dos seguintes procedimentos: i) Reavaliação de Ativos, ii) Determinação da Vida Útil dos bens, iii) Determinação do Valor Residual e iv) Amortização do Ativo Intangível. Caso fique evidenciada a necessidade da aplicação de algum desses procedimentos, o Regional deve aplicá-los, de modo a refletir a realidade dos itens constantes do Imobilizado e Intangível.

Inobstante as necessidades de melhorias, os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Imobilizado e Intangível nos pareceram insuficientes para salvaguardar tais ativos.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **10,20%** do saldo total do passivo, sendo representado pelas seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 2019 x 2018		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
PASSIVO CIRCULANTE	341.899,71	10,20	339.740,82	11,38	2.158,89	0,64	Relativo	Baixo
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	80.311,50	2,40	77.848,48	2,61	2.463,02	3,16	Baixo	Baixo
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	46.086,70	1,38	68.810,85	2,30	-22.724,15	-33,02	Baixo	Alto
PROVISÕES A CURTO PRAZO	190.527,23	5,69	165.804,86	5,55	24.722,37	14,91	Baixo	Relativo
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	24.974,28	0,75	27.276,63	0,91	-2.302,35	-8,44	Baixo	Baixo

4.1.1. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) do Regional.

✓ Procedimentos de Auditoria

Realizamos testes de auditoria considerando uma cota amostral de 5% de todos os lançamentos de cada exercício auditado, a premissa para avaliação da cota amostral se baseou na relevância financeira dos saldos. Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ Constatações

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados regularmente.

Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ Opinião

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.2. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

O saldo registrado se refere aos restos a pagar processados inscritos. São inscritas em restos a pagar processados as despesas liquidadas e não pagas no exercício financeiro, ou seja, aquelas em que o serviço, a obra ou o material contratado tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964 (MCASP 8ª Ed, 2019).

No caso das despesas orçamentárias inscritas em restos a pagar processados, verifica-se na execução o cumprimento dos estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o pagamento. Neste caso, em geral, não podem ser cancelados, tendo em vista que o fornecedor de bens ou serviços satisfaz a obrigação de fazer e a Administração conferiu essa obrigação. Portanto, não poderá deixar de exercer a obrigação de pagar, salvo motivo previsto na legislação pertinente.

4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **89,80%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **13,74%** em relação ao exercício anterior.

PASSIVO	SALDOS				Variação 2019 x 2018		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.009.094,71	89,80	2.645.668,43	88,62	363.426,28	13,74	Alto	● Relativo
RESULTADOS ACUMULADOS	3.009.094,71	89,80	2.645.668,43	88,62	363.426,28	13,74	Alto	● Relativo
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	3.009.094,71	89,80	2.645.668,43	88,62	363.426,28	13,74	Alto	● Relativo

✓ Opinião

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS

Procedemos ao minudente exame das prestações de contas dos Suprimentos concedidos, atentando para a observância da legalidade pertinentes à contabilização, apresentação e discriminação, observando os principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada. Realizamos testes de auditoria considerando uma cota amostral de 5% de todos os lançamentos de cada exercício auditado, a premissa para avaliação da cota amostral se baseou na relevância financeira dos saldos.

De uma forma geral, as inconsistências observadas não representam riscos significativos ao Conselho. Em sua grande maioria estão relacionadas à não validade fiscal de comprovantes de despesas miúdas (como compra de água mineral, despesa de taxi etc.).

Como sugestão de Boas Práticas a serem adotadas pela Autarquia, recomenda-se a capacitação do Pessoal envolvido com o processo de Suprimento de Fundos através de instruções, inclusive aos Agentes Supridos.

A Controladoria Geral da União disponibiliza em seu endereço eletrônico uma Cartilha com Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento, que de forma bem didática esclarece dúvidas corriqueiras em relação ao assunto.

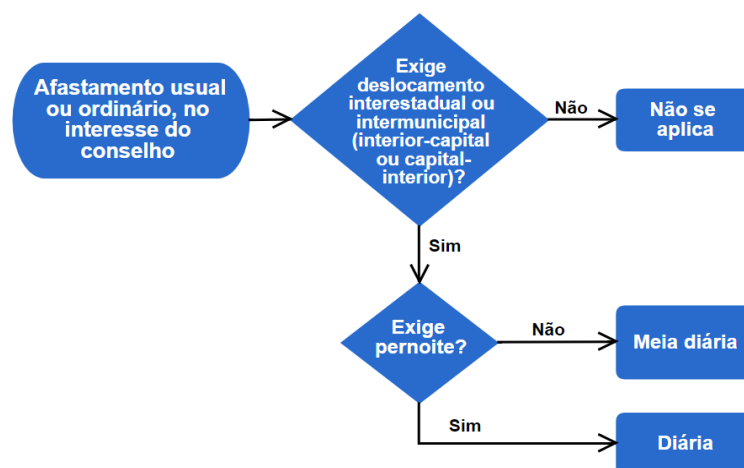
6. DIÁRIAS E OUTRAS DESPESAS DE REEMBOLSO

Diante da relevância do valor das despesas na rubrica “Diárias/Jetons – Conselheiros/Convidados”, avaliamos se o pagamento de Diárias e Jetons estão de acordo com o Normativo emitido pelo Regional. Realizamos testes de auditoria considerando uma cota amostral de 5% de todos os lançamentos de cada exercício auditado, a premissa para avaliação da cota amostral se baseou na relevância financeira dos saldos.

Esquematizamos, de forma resumida, a regra para concessão de cada rubrica.

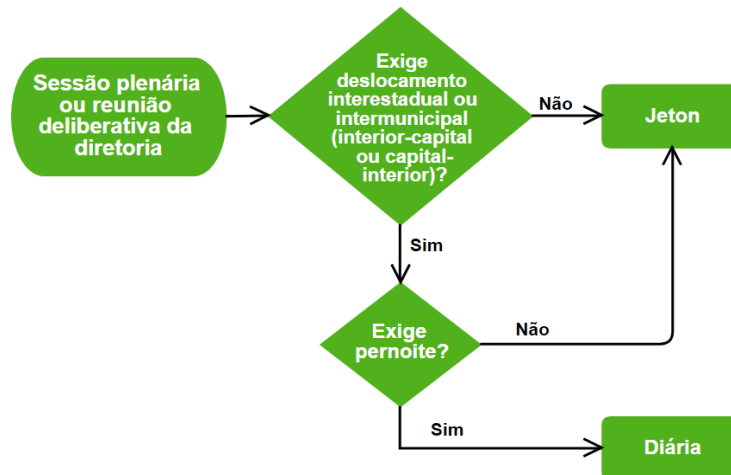
Diárias

O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)



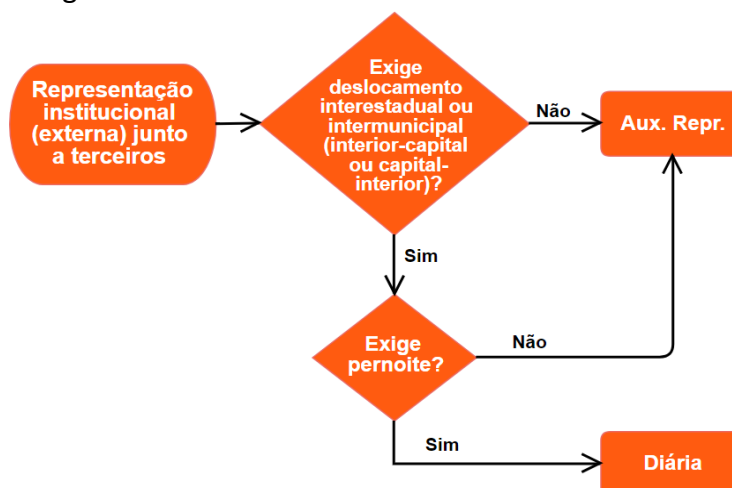
Jetons

O pagamento de jeton deve se restringir às hipóteses de comparecimento a sessões de plenário e a reuniões de diretoria com caráter deliberativo (Acórdão 549/2011-TCU-2ª Câmara), razão pela qual é devido somente aos conselheiros, nas ocasiões em que não forem devidas diárias, conforme segue:



Auxílio Representação

O auxílio representação é uma modalidade de indenização utilizada para cobrir despesas com alimentação e deslocamento urbano decorrentes das atividades externas de representação institucional junto a terceiros, realizadas por conselheiros ou representantes formalmente designados.



✓ **Opinião**

Analisamos as despesas com diárias e jetons dos diretores do conselho, dos meses de março, agosto e dezembro dos exercícios auditados, as análises foram efetuadas de acordo com o normativo interno e a legislação em vigor que trata do assunto. Os contorles internos nos pareceram suficientes para atender a necessidade de comprovação dos gastos analisados, carecendo de melhoria apenas na formalização dos controles.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
 - Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
 - Analisamos as férias pagas;
 - Constatamos que entregou a RAIS em tempo hábil;
 - Constatamos que o Regional enviou a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;
 - Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
 - PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
 - PPRA- Programa de Prevenção de Risco Ambientais;
- ✓ **Integridade/Segurança**
A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame. Realizamos testes de auditoria considerando uma cota amostral de 5% de todos os lançamentos de cada exercício auditado, a premissa para avaliação da cota amostral se baseou na relevância financeira dos saldos.
- ✓ **Opinião**
O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do Regional, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. LICITAÇÕES

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria.

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, solicitamos a relação dos processos licitatórios havidos, para com base em critérios estabelecidos no Planejamento de Auditoria, estratificamos aqueles que foram objetos de apontamentos, em proporções que passamos a demonstrar.

✓ **Base Legal Utilizada:**

1. Compor as comissões permanentes de licitação, conforme disposto no art. 51, caput, da Lei no 8.666/1993;
2. Constem as assinaturas devidas, em atendimento ao disposto art. 43, § 1o, in fine, da Lei no 8.666/1993;
3. Emissão de nota de empenho Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2001;
4. Acompanhar e fiscalizar o contrato, consoante o disposto no art. 67 da Lei no 8.666/1993;
5. Observe o correto sequenciamento das peças dos autos de processos licitatórios e a devida numeração sequencial das folhas, nos termos dos arts. 4o, parágrafo único, 38, caput e seus incisos, e 60, caput, da Lei no 8.666/1993, **Acórdão TCU 1257/2004 Plenário**;
6. Comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 Lei 8.666;
7. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços artigo 71 da Lei no 8.666/1993;
8. Avaliação das propostas comerciais e das respectivas planilhas de composição do preço apresentadas pelas licitantes, a fim de evitar incorreta inclusão de custos e a consequente realização de pagamentos indevidos, em atenção ao art. 7o, § 2o, inciso II, da Lei no 8.666/1993;
9. A redução ou ampliação de quantidades está sujeita aos limites do art. 65, § 1º. A alteração da qualidade não poderá alterar substancialmente o objeto licitado;
10. Inexecução e rescisão do contrato, bem como das sanções em caso de inadimplemento, conforme estabelecem os arts. 54, §1o e 55 da Lei no 8.666/93;

✓ **Constatações**

Verificamos que o Regional efetuou 06 (seis) processos licitatórios no período em análise, onde verificamos 50% desses processos, conforme relação abaixo:

Nº processo	Modalidade	Data	Objeto	Empresa vencedora	Nº contrato
01/2018	Pregão presencial	06/12/2018	Consultoria de Processos	Maciel Assesores S/S LTDA EPP	03/2019
02/2018	Pregão presencial	19/12/2018	Locação de Copiadoras	LFN Comércio e Serviços Ltda	01/2019
01/2019	Pregão eletrônico	03/10/2019	Backup diário e suporte em TI	LM2 Soluções Tecnológicas Ltda	06/2019
01/2019	Adesão ata	25/09/2019	Equipamentos e licenças	Dell Computadores do Brasil Ltda	NE 75
03/2019	Dispensa	18/12/2019	Telefonia Móvel	Telefônica Brasil S/A	07/2019
04/2019	Pregão eletrônico	20/03/2020	Materiais Gráficos	Gráfica e Editora Relâmpago Ltda	01/2020

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito aos processos licitatórios, em acordo com a legislação vigente. A metodologia aplicada pelo setor nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas no exercício sob exame.

Verificamos certas fragilidades formais na montagem dos processos analisados, como falta de padronização. A fim de mitigar os riscos de tais ocorrência, sugere-se adotar como referência o Checklist adotado pela Advocacia-Geral da União, disponível no endereço eletrônico.

9. OUTROS ASSUNTOS

Verificamos a execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira foi correspondente ao planejamento anual, atentando para possíveis alterações do planejamento e se estavam de acordo com a Proposta Orçamentária.

Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos, de forma quantitativa e qualitativas da gestão.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito as ações e metas, em acordo com o planejado. A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas.

10. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 22 (vinte e duas) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **Conselho Federal de Nutricionistas – CFN**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos do **Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª Região** e acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital.

Brasília/DF, 19 de janeiro de 2021.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”RS

Sócio Sênior


Phillippe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”RS


Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S”RS





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br